

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
POLO DE TAPEJARA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MODALIDADE EAD**

**RECURSOS PÚBLICOS: A UTILIZAÇÃO NO
CAMPUS SERTÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Lia Mar Vargas Tamanho

Santa Maria, RS, Brasil

2011

RECURSOS PÚBLICOS: A UTILIZAÇÃO NO CAMPUS SERTÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

por

Lia Mar Vargas Tamanho

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública
– modalidade EAD da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,
RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Pública

Orientador: Tânia Moura da Silva
Co-orientador: Bruno Alex Londero

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Polo de Tapejara
Curso de Especialização em Gestão Pública
Modalidade EAD**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a monografia de especialização

**Recursos Públicos: A utilização no Campus Sertão do Instituto
Federal do Rio Grande do Sul**

elaborada por
Lia Mar Vargas Tamanho

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Pública

COMISSÃO EXAMINADORA:

Tania Moura da Silva, Dra.
(Orientadora)

Fernando Lock, Dr.
(Universidade Federal de Santa Maria)

Pascoal Marion, Dr.
(Universidade Federal de Santa Maria)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Osvaldo e Lyra, pelos princípios e ensinamentos que guiaram minha
educação.

Aos meus filhos Andrey e Andressa e ao meu esposo Valdir pelo carinho,
compreensão, apoio e paciência durante esta jornada.

A Deus pela vida que Ele me concebeu.

A Pedra

O distraído nela tropeçou;
O bruto a usou como um projétil;
O empreendedor, usando-a, construiu;
O camponês, cansado da lida, dela fez assento;
Para as crianças foi brinquedo;
Drummond a poetizou;
Com ela Davi matou Golias;
O artista fez dela a mais bela escultura...
Em todos os casos, a diferença não era a pedra,
mas sim o homem.

AUTOR DESCONHECIDO

RESUMO

Monografia

Programa de Pós-Graduação – Especialização em Gestão Pública
Universidade Federal de Santa Maria

RECURSOS PÚBLICOS: A UTILIZAÇÃO NO CAMPUS SERTÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

AUTORA: LIA MAR VARGAS TAMANHO

ORIENTADOR: TÂNIA MOURA DA SILVA

CO-ORIENTADOR: BRUNO ALEX LONDERO

Data e Local da Defesa: 08/10/2011 - UFSM

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo sobre o repasse de verbas federais para a área da educação. Considerando-se o orçamento público federal, suas leis e a dinâmica de distribuição dos recursos, realizou-se um comparativo entre o orçamento geral recebido da União, os recursos de projetos e os recursos diretamente arrecadados, ou seja, da receita própria do Campus Sertão. Para tanto, disponibilizou-se o orçamento da referida instituição, e através de seus valores, compreendidos nos exercícios de 2001 a 2010, fez-se uma revisão das despesas relevantes e, dentre elas, evidenciou-se os gastos com energia elétrica e segundo o estudo realizado, há possibilidade de reduzir estas despesas. Para viabilizar esta redução, sugeriu-se algumas ações que podem ser implantadas pela instituição, as quais poderão servir de exemplo para a comunidade escolar como um todo, fortalecendo atitudes educativas e promovendo, inclusive, ações de preservação ambiental que poderão ser disseminadas para várias regiões através dos alunos.. Dessa forma, este estudo pretende ser base de reflexão e de tomada de atitude frente ao corte de desperdícios de recursos públicos e sua melhor aplicação nas instituições de ensino, contribuindo assim para uma educação pública de qualidade, digna do povo brasileiro.

Palavras-chaves: Orçamento público; educação; utilização de recursos.

ABSTRACT

Monografia

Programa de Pós-Graduação – Especialização em Gestão Pública
Universidade Federal de Santa Maria

RECURSOS PÚBLICOS: A UTILIZAÇÃO NO CAMPUS SERTÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

AUTORA: LIA MAR VARGAS TAMANHO

ORIENTADOR: TÂNIA MOURA DA SILVA

CO-ORIENTADOR: BRUNO ALEX LONDERO

Data e Local da Defesa: 08/10/2011 - UFSM

This work has as aim to make a study on the transfer of federal funds for education. Considering the federal government budget, its laws and the dynamics of resource distribution, there was a comparison between the general budget received from the Union, the extra-budgetary funds and the resources collected directly, or the revenue from Campus Sertão. So the institution provided the budget, and their values, from the years 2001 to 2010, there was a review of relevant expenses, and among them, stood out the energy expenses. This review served for the base of study of the proposals that followed and that intend to get some simple and possible actions that support a work of optimization of the public expenses. This way, this study intends to be the basis for reflection and taking attitude front to the cut of waste of public resources and the best way to invest them in the educational institutions, contributing, this way, to a quality public education, worthy of the Brazilian people.

Keywords: public budget, education, optimization of resources

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução do quadro de recursos humanos.....	37
Quadro 2 – Quadro de Pessoal Contratado por Empresas Prestadoras de Serviços.....	38
Quadro 3 – Demonstrativo do orçamento recebido.....	40
Quadro 4 – Demonstrativo do orçamento executado.....	40
Quadro 5 – Demonstrativo da receita própria.....	41
Quadro 6 – Recursos de projetos - custeio.....	42
Quadro 7 – Recursos de projetos - investimento.....	43
Quadro 8 – Demonstrativo geral recursos de projetos.....	43
Quadro 9 – Demonstrativo das despesas com terceirização de pessoal.....	45
Quadro 10 – Evolução do gasto de energia elétrica por trimestre.....	46
Quadro 11 – Consumo de energia elétrica em kw – 2003 a 2005.....	49
Quadro 12 – Consumo de energia elétrica em kw – 2010.....	50

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Pórtico principal.....	60
Anexo B – Prédio salas de aula.....	61
Anexo C – Prédio principal.....	62
Anexo D – Prédio alojamento feminino.....	63
Anexo E – Prédio ensino superior.....	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 Orçamento público – conceito e princípios.....	13
2.1.1 Orçamento Público no Brasil.....	16
2.1.2 Princípios Orçamentários.....	18
2.1.3 Projetos de lei.....	21
2.1.3.1 Plano Plurianual (PPA).....	21
2.1.3.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).....	23
2.1.3.3 Lei de Orçamento Anual (LOA).....	25
2.1.3.4 Lei de Responsabilidade Fiscal.....	26
2.2 Dinâmica do repasse de verbas federais.....	28
2.3 Legislação Básica	29
2.3.1 Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.....	30
3 CAMPUS SERTÃO:	32
3.1 Estrutura multicampi.....	34
3.2 Concepção e Diretrizes.....	34
3.3 Finalidades e Características.....	35
3.4 Objetivos.....	36
3.5 Organização.....	37
3.6 A Dinâmica do orçamento.....	39
3.6.1 Os dados.....	39
3.6.2 A análise dos dados.....	44
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	49
5 CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS.....	58
ANEXOS.....	60

INTRODUÇÃO

Problema é uma questão não resolvida, é algo para o qual se vai buscar resposta, via pesquisa (Vergara, 2000, p.21).

O orçamento público é um importante instrumento de gestão pública, pois reflete a qualidade do planejamento e fornece meios para a implementação, o acompanhamento, o controle e a avaliação das ações do gestor. É um instrumento político de alocação de recursos com vistas ao bem da coletividade.

O desenvolvimento econômico e social de um país está intimamente ligado a destinação das verbas orçamentárias, pois as demandas da comunidade por bens e serviços somente poderão ser atendidos se estiverem contemplados no orçamento público.

No Brasil, o orçamento percorre vários caminhos até chegar ao seu destino, e é importante que se percorra estes caminhos para que se possa evidenciar como, quanto, onde e de que forma estes recursos são aplicados ou gastos. Também é importante que se verifique *in loco* a aplicação destes recursos a fim de que se evidencie a boa ou má administração do bem público, bem como apresentar sugestões para melhor utilização destes recursos.

Vergara (2000, p. 25) expõe, “se o problema é uma questão a investigar, objetivo é um resultado a alcançar.”

Visando o problema, ou seja, reduzir despesas para melhor aplicação do orçamento no Campus, torna-se necessário demonstrar o caminho a ser utilizado para que se consiga alcançar os objetivos ou metas.

Assim, este trabalho pretende demonstrar a evolução do orçamento de custeio e investimento do Campus Sertão no período de 2001 a 2010, bem como situar as despesas relevantes e sugerir meios pelos quais haja uma melhor utilização dos recursos públicos.

E, neste contexto, o objetivo geral deste trabalho é buscar meios para utilizar da melhor forma possível os recursos públicos no Campus Sertão demonstrando o montante do orçamento de custeio e investimento recebidos e executados no período de 2001 a 2010. Para que esta meta seja atingida é imprescindível definir os objetivos específicos, quais sejam: levantar montante de recursos de projetos específicos (recursos não previstos) verificando seu custo-benefício; relacionar despesas relevantes e apresentar sugestões para a redução dos gastos; identificar

recursos advindos da arrecadação de receitas próprias e sua aplicação; analisar o uso dos recursos públicos e sugerir melhorias na aplicação dos mesmos.

Quanto a metodologia, Diel e Pain (2002, p. 25) acreditam que a mesma pode ser definida como “o estudo de vários métodos, com o intuito de identificar possibilidades e limitações no âmbito de sua aplicação no processo de pesquisa científica.” Então, para o desenvolvimento do estudo sugerido torna-se essencial a utilização de um método de pesquisa que forneça as condições e as informações necessárias para se obter a melhor exposição e contextualização do problema de pesquisa apresentado.

O método representa um procedimento racional e ordenado, constituído por instrumentos básicos, que implica utilizar, de forma adequada, a reflexão e a análise para alcançar os objetivos preestabelecidos no planejamento da pesquisa.

Diel e Pain (2002, p. 28) definem o delineamento da pesquisa como sendo:

O tipo de pesquisa a ser desenvolvida para atingir o objetivo geral, ou seja, direcionar gestores para a tomada de decisão, a fim de satisfazê-los e fidelizá-los, na qual deve ser classificada quanto ao objetivo, quanto a técnica e se o estudo é quantitativo ou qualitativo.

Portanto, o sujeito da pesquisa será o Campus Sertão do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do RS onde serão utilizados os dados do orçamento geral de custeio e investimento da instituição bem como os dados das despesas para manutenção do mesmo. A pesquisa a ser desenvolvida neste trabalho monográfico será do tipo documental, na qual será utilizada a técnica de pesquisa exploratória quantitativa e não probabilística, buscando demonstrar o processo vivido pelo Campus Sertão num período de dez anos e encontrar um parâmetro de melhor utilização dos recursos estabelecendo ações que possam subsidiar e manter o controle de gastos com a manutenção e gestão dos recursos.

O presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: o Capítulo 2 trata dos conceitos, princípios, classificação e importância do orçamento público, bem como a dinâmica do repasse de verbas federais abrangendo as principais transferências constitucionais para a educação buscando demonstrar a legalidade através das leis e planos que o compõe.

O capítulo seguinte apresenta, inicialmente, uma abordagem histórica do Campus Sertão, contextualizando a instituição, demonstrando a sua evolução ao

longo dos seus 53 anos de história e relatando seus objetivos, concepção e diretrizes, finalidades e características , bem como a abrangência do mesmo na região, identificando-o e localizando-o tanto espacial quanto sócio-economicamente. Também faz parte deste capítulo a organização da instituição, a dinâmica do repasse de verbas, os dados pesquisados e a análise dos mesmos.

O próximo capítulo trata da apresentação e discussão dos resultados onde são apresentadas sugestões de ações a serem implantadas com o objetivo de reduzir despesas, buscando a otimização no gerenciamento dos gastos, e assim, utilizar da melhor forma possível os recursos públicos.

E por fim, o capítulo 5 apresenta, através de um breve relato sobre a aplicação dos recursos na instituição, o fechamento deste trabalho, ou seja, a conclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Orçamento público – conceito e princípios

O Orçamento Público é um importante instrumento de gestão pública, pois todas as ações do governo devem nele estar contempladas. Em sentido amplo, é um documento legal (aprovado por lei) contendo a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas por um Governo em um determinado exercício (geralmente um ano). É um documento contábil de receitas e despesas.

Sanches (1997, p.168), registrou a evolução do conceito de orçamento da seguinte forma:

Orçamento: documento que prevê as quantias de moeda que, num determinado período (normalmente um ano), devem entrar e sair dos cofres públicos (receitas e despesas públicas), com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesas mais relevantes. Usualmente formalizado através de Lei, proposta pelo Poder Executivo e apreciada pelo Poder Legislativo na forma definida pela Constituição. Nos tempos modernos este instrumento, cuja criação se confunde com a própria origem dos Parlamentos, passou a ser situado como técnica vinculada ao instrumental de planejamento. Na verdade, ele é muito mais que isso, tendo assumido caráter de instrumento múltiplo, isto é, político, econômico, programático (de planejamento), gerencial (de administração e controle) e financeiro.

Albuquerque et. al. (2006) relata que os primeiros Orçamentos que se têm notícia eram os chamados orçamentos tradicionais, que se importavam apenas com o gasto (ênfase no gasto). Eram meros documentos de previsão de receita e autorização de despesas sem nenhum vínculo com um sistema de planejamento governamental. Simplesmente se fazia uma estimativa de quanto se ia arrecadar e decidia-se o que comprar, sem nenhuma prioridade ou senso distributivo na alocação dos recursos públicos.

O orçamento tradicional era a peça na qual a administração analisava em primeiro lugar os recursos disponíveis, em seguida, definia a distribuição desses recursos na manutenção da rede de serviços públicos existentes. Não passava, em verdade, de um simples programa administrativo.

O orçamento evoluiu ao longo da história para um conceito de Orçamento-Programa, segundo o qual o Orçamento não é apenas um mero documento de

previsão da arrecadação e autorização do gasto, mas um documento legal que contém programas e ações vinculados a um processo de planejamento público, com objetivos e metas a alcançar no exercício (a ênfase no Orçamento-Programa é nas realizações do Governo).

Angélico (1994) explica que o orçamento tradicional era a peça na qual a administração analisava em primeiro lugar os recursos disponíveis, em seguida, definia a distribuição desses recursos na manutenção da rede de serviços públicos existentes. Não passava, em verdade, de um simples programa administrativo. Não criava, não ampliava, não mostrava previamente, se havia objetivos a serem atingidos dentro do exercício financeiro.

Angélico (1994, p.23) explica o orçamento-programa como:

O orçamento-programa, por sua vez, põe em destaque as metas, os objetivos e as intenções do Governo. Consolida um grupo de programas que o Governo se propõe a realizar durante um período. Os planos são expressos em unidades mensuráveis e seus custos definidos. É um programa de trabalho e constitui, portanto, um instrumento de planejamento.

Enquanto o orçamento tradicional mostrava o que se pretendia gastar ou comprar, o orçamento-programa realça o que se pretende realizar. A elaboração do orçamento-programa abrange quatro etapas:

- Planejamento: é a definição dos objetivos a atingir;
- Programação: é a definição das atividades necessárias à consecução dos objetivos;
- Projeto: é a estimação dos recursos de trabalho necessários à realização das atividades.
- Orçamentação: é a estimação dos recursos financeiros para pagar a utilização dos recursos de trabalho e prever as fontes dos recursos.

Os orçamentos Públicos podem ser estudados em função das seguintes características, conforme explica Silva (2000):

- Tipos de orçamento: é a característica que determina a maneira pela qual o orçamento é elaborado, dependendo do regime político vigente daí dizer-se que os orçamentos variam segundo a forma de Governo e podem ser classificados em três tipos:

- a) Legislativo- é o orçamento cuja elaboração, votação e aprovação é da competência do Poder Legislativo, cabendo ao Executivo a sua execução. Esse tipo é utilizado em países parlamentaristas.
- b) Executivo – é o orçamento cuja elaboração, aprovação e execução e controle é da competência do Poder Executivo. É utilizado em países onde impera o poder absoluto.
- c) Misto – é o orçamento elaborado e executado pelo Poder Executivo, cabendo ao Poder Legislativo a sua votação e controle. Esse tipo é utilizado pelos países em que as funções legislativas são exercidas pelo Congresso ou Parlamento, sendo sancionado pelo Chefe do Poder Executivo. Este é o tipo utilizado no Brasil.
 - Princípios Orçamentários: o orçamento é dividido em duas partes ou seções separadas – Receitas e Despesas – tanto no aspecto jurídico quanto no aspecto contábil.

Quanto à receita pública, ao estimar as receitas prováveis de cada fonte, o legislador não pretende limitar as faculdades de arrecadação do poder público. O objetivo de cálculo dos recursos é fundamentar o montante dos gastos e, por via de consequência, chegar ao nivelamento entre Receitas e Despesas (SILVA, 2000, p.48).

Entretanto, explica o autor, ao contrário das Despesas, tal previsão não constitui um limite que uma vez atingido a arrecadação deva ser suspensa. Esses princípios básicos, objetivam assegurar o cumprimento dos fins a que se prepõe o orçamento e podem ser resumidos em dois aspectos: Gerais (Receita e Despesa) e Específicos (Receitas).

- Aspectos do orçamento: Silva (2000) explica que o orçamento é estudado sob vários aspectos:
 - a) Aspecto político – diz respeito a sua característica de Plano de Governo ou Programa de Ação do grupo ou facção partidária que detêm o poder. Gaston Jéze (1922), citado por Silva (2000, p.58), ensina que: “ Todo o Governo no Poder tem, necessariamente, um plano de ação. No Estado Moderno os partidos políticos têm seus programas e suas concepções. Um Governo não está no Poder senão para realizar o programa de partido que o sustente”.
 - b) Aspecto jurídico – é o que define a Lei orçamentária no conjunto de leis do país.
 - c) Aspecto econômico – é o resultado da evolução das características políticas do orçamento. Se o orçamento público é peça fundamental ao cumprimento das

finalidades do Estado, não há dúvida de que deverá observar que o melhor plano é aquele que resulta numa maior produção com um menor gasto.

- d) Aspecto financeiro – caracterizado pelo fluxo monetário das entradas da receita e das saídas da despesa, meio efetivo e normal da execução orçamentária.

Sob esse aspecto, o Poder público deve ter em vista dois enfoques: obtenção de receitas pra atender as necessidades coletivas; distribuição do ônus tributário pela população de forma eqüitativa.

2.1.1 Orçamento Público no Brasil

O Orçamento Público no Brasil (Orçamento Geral da União), explica Sant’anna (2004), é um documento elaborado pelo Poder Executivo e entregue ao Poder Legislativo para discussão, aprovação e conversão em lei, contém a previsão da arrecadação das receitas federais para o ano seguinte e a autorização para a realização de despesas nos programas de Governo.

O Orçamento Geral da União é constituído de três peças em sua composição: o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais.

Existem princípios básicos que devem ser seguidos para elaboração e controle dos Orçamentos Públicos, que estão definidos no caso brasileiro na Constituição, na Lei 4.320/64, no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na recente Lei de Responsabilidade Fiscal, que serão melhor explicitadas no decorrer do estudo.

Sant’anna (2004) considera que os objetivos de toda política orçamentária são corrigir as falhas de mercado e as distorções, visando manter a estabilidade, melhorar a distribuição de renda e alocar os recursos com mais eficiência nos gastos. O Orçamento também visa regular o mercado e coibir abusos, reduzindo falhas e as externalidades negativas (fatores adversos causados pela produção, como poluição, problemas urbanos, etc) , além de proporcionar o acesso de todos aos produtos, construir obras públicas, assegurar o cumprimento das funções elementares do Estado como justiça, segurança, saúde, educação, entre outros.

O Governo intervém de várias formas no mercado. Por intermédio da política fiscal e da política monetária, por exemplo, é possível controlar preços, salários, inflação, impor choques na oferta ou restringir a demanda.

Albuquerque et. al. (2006) explica os instrumentos e recursos utilizados pelo Governo para intervir na Economia:

- Política Fiscal - envolve a administração e a geração de receitas, além do cumprimento de metas e objetivos governamentais no orçamento, utilizado para a alocação, distribuição de recursos e estabilização da economia. É possível, com a política fiscal, aumentar a renda e o PIB e aquecer a economia, com uma melhor distribuição de renda.
- Política Regulatória - envolve o uso de medidas legais como decretos, leis, portarias, etc., expedidos como alternativa para se alocar, distribuir os recursos e estabilizar a economia. Com o uso das normas, diversas condutas podem ser banidas, como a criação de monopólios, cartéis, práticas abusivas, poluição, etc.
- Política Monetária – envolve o controle da oferta de moeda, da taxa de juros e do crédito em geral, para efeito de estabilização da economia e influência na decisão de produtores e consumidores. Com a política monetária, pode-se controlar a inflação, preços, restringir a demanda, etc.

O Orçamento Público funciona como um balizador na Economia, diz Silva (2000, p.34): “Se temos elevados investimentos governamentais no Orçamento, provavelmente o número de empregos aumentará, assim como a renda agregada melhorará”. Em compensação, um orçamento restrito em investimentos, provocará desemprego, desaceleração da economia, e decréscimo no produto interno bruto.

O Governo pode provocar orçamentos expansionistas ou gerar um orçamento recessivo.

Dentre as funções consubstanciadas no Orçamento Público, Albuquerque et. al. (2006), destaca:

- Função alocativa - Oferecer bens e serviços (públicos puros) que não seriam oferecidos pelo mercado ou seriam em condições ineficientes (meritórios ou semipúblicos) e. criar condições para que bens privados sejam oferecidos no mercado (devido ao alto risco, custo, etc) pelos produtores, por investimentos ou intervenções, corrigir imperfeições no sistema de mercado (oligopólios, monopólios, etc) e corrigir os efeitos negativos de externalidades.

- Função distributiva – Tornar a sociedade menos desigual em termos de renda e riqueza, através da tributação e transferências financeiras, subsídios, incentivos fiscais, alocação de recursos em camadas mais pobres da população, etc.
- Função estabilizadora – ajustar o nível geral de preços, nível de emprego, estabilizar a moeda, mediante instrumentos de política monetária, cambial e fiscal, ou outras medidas de intervenção econômica (controles por leis, limites).

2.1.2 Princípios Orçamentários

Existem princípios básicos que devem ser seguidos na elaboração e execução do orçamento, que estão definidos na Constituição Federal, na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os fundamentos da transparência orçamentária estão previsto no Art. 2º da Lei 4.320/64, que dispõe:

A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade.

Esta Lei representou um enorme avanço na concepção e organização do orçamento público no Brasil, tendo sido recepcionada pela Constituição de 1988, orientando até hoje os princípios orçamentários e a execução da despesa.

A Lei 4.320/64 trouxe não apenas a concepção do orçamento por programas, como também vários outros elementos inovadores, sinalizando para a adoção de um modelo de orçamento de desempenho. O foco predominante era na gerência das ações, nos custos incorridos e nos resultados a alcançar. Para tanto, propunha que fossem adotadas mensurações que possibilitassem a avaliação de desempenho das atividades, além da adoção de demonstrativos mais sintéticos, ao nível do elemento de despesa dando mais flexibilidade ao gestor.

Para Feijó (2003), o orçamento público surgiu para atuar como instrumento de controle parlamentar das atividades financeiras governamentais, isto é,

desempenhadas pelo Executivo. “Para que o controle fosse mais eficaz era necessária a vinculação do orçamento a normas e regras que orientassem a sua elaboração e execução” (FEIJÓ, 2003, p.49).

A partir daí foram criados os chamados Princípios Orçamentários, que visam estabelecer as regras orçamentárias. São eles:

- **Unidade** – Só existe um Orçamento para cada ente federativo (no Brasil, existe um Orçamento para a União, um para cada Estado e um para cada Município). Cada ente deve possuir o seu Orçamento, fundamentado em uma política orçamentária e estruturado uniformemente. Não há múltiplos orçamentos em uma mesma esfera. O fato do Orçamento Geral da União possuir três peças, como o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento não representa afronta ao princípio da unidade, pois o Orçamento é único, válido para os três Poderes. O que há é apenas volumes diferentes segundo áreas de atuação do Governo.
- **Universalidade** – o Orçamento deve agregar todas as receitas e despesas de toda a administração direta e indireta dos Poderes. A Lei orçamentária deve incorporar todas as receitas e despesas, ou seja, nenhuma instituição pública que receba recursos orçamentários ou gerencie recursos federais pode ficar de fora do Orçamento.
- **Anualidade / Periodicidade** – o Orçamento cobre um período limitado. No Brasil, este período corresponde ao ano ou exercício financeiro, de 01/01 a 31/12. O período estabelece um limite de tempo para as estimativas de receita e fixação da despesa, ou seja, o orçamento deve se realizar no exercício que corresponde ao próprio ano fiscal.
- **Legalidade** – O Orçamento é objeto de uma lei específica (Lei ordinária no Brasil), e como tal, deve cumprir o rito legislativo próprio, com o cumprimento de todos os quesitos, inclusive seu sancionamento e publicação pelo Presidente da República ou Congresso Nacional.
- **Exclusividade** – O Orçamento só versa sobre matéria orçamentária, podendo conter autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito, ainda que por antecipação da receita.

- Especificação ou discriminação ou especialização – São vedadas autorizações globais no Orçamento. As despesas devem ser especificadas no Orçamento, no mínimo, por modalidade de aplicação.
- Publicidade – O Orçamento de um país deve ser sempre divulgado quando aprovado e transformado em lei. No Brasil, o Orçamento Federal é publicado no Diário Oficial da União.
- Equilíbrio – As despesas autorizadas no Orçamento devem ser, sempre que possível, iguais às receitas previstas. Não pode haver um desequilíbrio acentuado nos gastos.
- Orçamento-Bruto - A receita e despesa constante no Orçamento, exceto os descontos constitucionais (ex.transferências constitucionais), devem aparecer no Orçamento pelo valor total ou valor bruto, sem deduções de nenhuma espécie.
- Não-afetação ou não-vinculação – É vedada a vinculação dos impostos a órgão, fundo ou despesa, exceto as próprias transferências constitucionais para manutenção e desenvolvimento do ensino (FPE, FPM, etc). e as garantias às operações de crédito por antecipação da receita.
- Programação, tipicidade e atipicidade – Durante a fase de consolidação da proposta de Orçamento, geralmente se seguem determinadas classificações orçamentárias existentes. Há uma tabela de classificação funcional de despesas, por exemplo, que classifica a despesa em funções, subfunções, programas e ações. Há outra tabela de classificação da despesa por fontes de recursos e outra por unidade orçamentária, por exemplo. No processo de programação da despesa no Orçamento, em primeiro lugar é preciso identificar a função a que pertence a despesa (se é uma despesa classificável na função Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, Transportes, ou qualquer outra). A função é o nível mais elevado de agregação de despesas, representando quase que uma área de atuação do Governo. As diferentes funções se dividem em subfunções, que, por sua vez, comportam diferentes programas de Governo, compostos por ações (projetos, atividades ou operações especiais) a realizar no exercício. Programar uma despesa é classificar a despesa de maneira a ficar evidenciado onde será utilizado o recurso (em qual função, subfunção, programa ou ação do Governo). Porém,

no processo de programação, pode ocorrer de um programa não se vincular à sua respectiva subfunção da tabela de classificação funcional. Ou uma subfunção não se vincular à sua função típica, constante da tabela de classificação funcional. Ou seja, em termos práticos, nem sempre se programa a despesa respeitando-se a classificação funcional existente nas tabelas orçamentárias. Quando um programa é vinculado a uma subfunção que não aquela correspondente à da tabela de classificação, dizemos que ocorreu atipicidade na programação da despesa, ou seja, não há uma classificação típica. O mesmo acontece quando uma despesa classificada no Orçamento em uma subfunção está vinculada a outra função que não a função correspondente, segundo a tabela de classificação orçamentária. A tabela de classificação funcional da despesa por funções e subfunções está consignada no livro “Manual Técnico de Orçamento” publicado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

2.1.3 Projetos de lei

A Constituição Federal de 1988 atribui ao Poder Executivo a responsabilidade pelo sistema de Planejamento e Orçamento, e a iniciativa dos seguintes projetos de lei:

2.1.3.1 Plano Plurianual (PPA)

Segundo Feijó (2003), é a Lei de maior alcance no estabelecimento das prioridades e no direcionamento das ações do Governo, para um período de quatro anos. O autor cita o § 1º do Art. 165, do texto constitucional: “De forma regionalizada, dispõe sobre as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada” (FEIJÓ, 2003, p.32).

Conforme Albuquerque et. al. (2006, p. 109), o Plano Plurianual (PPA) é o instrumento legal de planejamento de maior alcance temporal na definição de prioridades e no direcionamento das ações do governo.

Este instrumento tem por finalidade intermediar as ações de longo prazo e as necessidades imediatas.

O projeto de PPA (PPPA) é elaborado pela Secretaria de Investimentos e Planejamento Estratégico (SPI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e encaminhado ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, que possui exclusividade na iniciativa das leis orçamentárias. Composto pelo texto da lei e diversos anexos, o projeto de lei deve ser encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto do primeiro ano de mandato presidencial, devendo vigorar por quatro anos.

São objetivos do Plano Plurianual, segundo Feijó (2003):

- a) Organização por programas: organizar em programas todas as ações desenvolvidas pela Prefeitura, assegurando o alinhamento destes com a orientação estratégica do prefeito e com as previsões de recursos por áreas; e desenvolver e aprimorar o planejamento, o orçamento e gestão por programas em todos os órgãos da administração municipal.
- b) Transparência: tornar públicas as informações referentes a execução dos programas de Governo possibilitando maior e melhor controle quanto a aplicação dos recursos públicos e aos resultados obtidos, e possibilitar uma participação mais efetiva da sociedade no processo alocativo.
- c) Parcerias: estimular a participação de outras esferas de Governo e da iniciativa privada como fontes de alternativas ao financiamento dos programas.
- d) Gerenciamento: dotar os administradores públicos de um sistema gerencial estruturado e atualizado, visando facilitar a tomada de decisões, corrigir desvios e direcionar a aplicação de recursos para o alcance dos resultados pretendidos, e desenvolver a administração municipal, de forma a melhor definir responsabilidades, difundir a conscientização de custos, a melhoria contínua da qualidade, e sobretudo, o comprometimento com resultados.
- e) Avaliação: criar condições para a avaliação e mensuração dos indicadores e dos efeitos destes sobre a realidade municipal e a partir da avaliação anual do PPA, compatibilizar a alocação de recursos orçamentários com a capacidade de execução e geração de resultados dos programas.

Albuquerque et. al. (2006), resume o conteúdo do Plano Plurianual, basicamente, em dois grandes módulos:

- 1) A Base Estratégica, que compreende:

- I. Análise da situação econômica e social;
- II. Diretrizes, objetivos e prioridades estabelecidas pelo Chefe do Poder Executivo;
- III. Previsão dos recursos orçamentários e sua distribuição entre os setores e/ou entre os programas;
- IV. Diretrizes, objetivos e prioridades dos órgãos setoriais compatíveis com a orientação estratégica do Chefe do Poder Executivo.

2) Programas, que compreendem:

- I. Definição dos problemas a serem solucionados;
- II. Conjunto de ações que deverão ser empreendidas para alcançar os objetivos estabelecidos.

A Lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. E nenhum investimento cuja execução ultrapasse o exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão do Plano Plurianual ou sem Lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade (KOHAMA, 2000, p.62).

O PPA veio substituir o antigo Orçamento Plurianual de Investimentos. Comparativamente ao seu antecessor, que abrangia apenas três exercícios, o PPA apresenta, além do valor das despesas de capital (construção de edificações públicas, estradas etc.), também as metas físicas a serem atingidas por tipo de programa e ação, bem como lista as despesas de duração continuada (e.g. benefícios previdenciários), condicionando toda a programação do orçamento ao planejamento de longo prazo.

2.1.3.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Kohama (2000) explica que a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a finalidade de nortear a elaboração dos orçamentos anuais, compreendidos aqui o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social, de forma a adequá-los às diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidos no Plano Plurianual

Segundo Sant'anna (2004), a LDO é a lei que estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente; orienta a elaboração do Orçamento; dispõe sobre alteração na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras de fomento. O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve ser enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional até o dia 15 de abril de cada ano (8 meses e meio antes do encerramento da sessão legislativa).

Ainda, com base na LDO aprovada pelo Legislativo, a Secretaria de Orçamento Federal elabora a proposta orçamentária para o ano seguinte, em conjunto com os Ministérios e as unidades orçamentárias dos poderes Legislativo e Judiciário. Por determinação constitucional, o governo é obrigado a encaminhar o Projeto de Lei do Orçamento ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de cada ano (4 meses antes do encerramento da sessão legislativa). Acompanha o projeto uma Mensagem do Presidente da República, na qual é feito um diagnóstico sobre a situação econômica do país e suas perspectivas.

De acordo com a Constituição Federal, a LDO estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração do Orçamento (Lei Orçamentária Anual), dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras de fomento.

Com base na LDO aprovada a cada ano pelo Poder Legislativo, a Secretaria de Orçamento Federal, órgão do Poder Executivo, consolida a proposta orçamentária de todos os órgãos dos Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) para o ano seguinte no Projeto de Lei encaminhado para discussão e votação no Congresso Nacional.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é uma lei ordinária com validade apenas para um exercício, estando prevista no art. 165, § 2º, da Constituição Federal que dispõe:

A Lei de Diretrizes Orçamentária compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações da legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras de fomento.

Estabelece, assim, de forma antecipada, as diretrizes, as prioridades de gastos e as normas e parâmetros que devem orientar a elaboração do projeto de lei

orçamentário para o exercício seguinte (lista de projetos prioritários, normas sobre convênios, fixação das metas de resultado primário, relação dos riscos fiscais).

Para Feijó (2003), as prioridades e metas definidas pela LDO para os programas e ações são apresentadas em anexo ao texto legal, constituindo-se num detalhamento anual de metas estabelecidas no PPA e que foram selecionadas para constar do projeto de lei orçamentária de cada exercício.

Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a LDO passou também a conter dois Anexos de extrema importância para orientar o governo e a sociedade sobre a condução da política fiscal. Trata-se do Anexo de Metas Fiscais, onde são estabelecidos os resultados primários esperados para os próximos exercícios, e que dão uma dimensão da austeridade dessa política; e o Anexo de Riscos Fiscais, onde são enumerados os chamados passivos contingentes, ou seja, aquelas dívidas que ainda não estão contabilizadas como tal, mas que, por decisão judicial, poderão vir a aumentar a dívida pública.

No Poder Executivo, o órgão que coordena a elaboração desse projeto da LDO é a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF) também colabora na feitura desse documento, principalmente nas questões relacionadas à dívida mobiliária federal e às normas sobre execução orçamentária.

Cabe apontar, argumenta Feijó (2003), que as normas de direito financeiro, baixadas pela Lei n.º 4.320/64, são ainda as que estabelecem as regras básicas de elaboração, execução e controle dos planos e orçamentos. Porém, face, principalmente, aos novos comandos orçamentários introduzidos pela Constituição de 88, essa lei ficou desatualizada.

2.1.3.3 Lei de Orçamento Anual (LOA)

Sant'anna (2004) explica que, por determinação constitucional, o Governo é obrigado a encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de cada ano (4 meses antes do encerramento da sessão legislativa). Acompanha o projeto uma Mensagem do Presidente da República, na qual é feito um diagnóstico sobre a situação econômica do país e suas perspectivas.

Kohama (2000) afirma que a Lei Orçamentária Anual disciplina todos os programas e ações do governo federal no exercício. Nenhuma despesa pública pode ser executada sem estar consignada no Orçamento. No Congresso, deputados e senadores discutem na Comissão Mista de Orçamentos e Planos a proposta orçamentária (projeto de lei) enviada pelo Poder Executivo, fazendo modificações que julgar necessárias, por meio de emendas, votando ao final o projeto.

De acordo com a Constituição Federal (1988), o Orçamento deve ser votado e aprovado até o final de cada Legislatura. Depois de aprovado, o projeto é sancionado e publicado pelo Presidente da República, transformando-se na Lei Orçamentária Anual.

A Lei Orçamentária Anual estima as receitas e autoriza as despesas do Governo de acordo com a previsão de arrecadação. Se durante o exercício financeiro houver necessidade de realização de despesas acima do limite que está previsto na Lei, o Poder Executivo submete ao Congresso Nacional um novo projeto de lei solicitando crédito adicional.

Por outro lado, a necessidade de contenção dos gastos obriga o Poder Executivo muitas vezes a editar Decretos com limites orçamentários e financeiros para o gasto, abaixo dos limites autorizados pelo Congresso. São os intitulados Decretos de Contingenciamento, que limitam as despesas abaixo dos limites aprovados na lei orçamentária.

Finalizando, podemos dizer que a Lei dos orçamentos anuais é um instrumento utilizado para a conseqüente materialização do conjunto de ações e objetivos que foram planejados visando ao melhor atendimento e bem estar da coletividade (KOHAMA, 2000, p.63).

2.1.3.4 Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2000 pelo Congresso Nacional introduziu responsabilidades para o administrador público em relação aos Orçamentos da União, dos Estados e Municípios, como o limite de gastos com pessoal, por exemplo. A LRF instituiu a disciplina fiscal para os três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, estendendo também a disciplina aos Orçamentos de Estados e Municípios.

Albuquerque et. al. (2006) explica que a LRF define como as contas públicas deverão ser consolidadas e divulgadas à população. Cria o Relatório de Gestão Fiscal, que deverá apresentar, em linguagem simples e objetiva, as contas da União, do Distrito Federal e de cada Estado e Município. O acesso público será amplo, inclusive por meio eletrônico. A partir daí, caberá à sociedade cobrar de seus governantes e julgar se estão procedendo de forma fiscalmente responsável.

Também, ao mesmo tempo, espera-se que os bons administradores sejam premiados com o reconhecimento da população e do mercado, inclusive com maior acesso a crédito.

Vale lembrar que esta mudança, no sentido de uma maior transparência, já foi iniciada na própria elaboração do projeto de lei, que envolveu uma consulta pública, inclusive via Internet, onde foram registrados mais de 5.000 acessos¹. A consulta pública, aliás, consolidou a importância e a necessidade de mudança no regime fiscal, manifestada em várias demonstrações de apoio e em sugestões, na sua maioria incorporadas ao texto final da lei.

A Lei de Responsabilidade Fiscal consagra a transparência da gestão como mecanismo de controle social, através da exigência de publicação de relatórios, demonstrativos de execução orçamentária e a presença, em audiência pública na CMO, de autoridades econômicas, de forma a fornecer à sociedade explicações de política e um quadro mais preciso da utilização dos recursos que são colocados à disposição dos governantes, explica Kohama (2000).

Entre as normas e princípios contidos na LRF, merecem destaque²:

- a) limites de gastos com pessoal: a lei fixa limites para essa despesa em relação à receita corrente líquida para os Três Poderes e para cada nível de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios);
- b) limites para o endividamento público: são estabelecidos pelo Senado Federal por proposta do Presidente da República, conforme previsto na Constituição;
- c) definição de metas fiscais: resultados primários que deverão ser alcançados anualmente e indicativos para os três exercícios seguintes;

¹ Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/consulta>.

² Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br>.

- d) identificação de passivos contingentes: relativos a potenciais dívidas do Estado, muitas vezes derivadas de perdas judiciais decorrentes da aplicação no passado de planos econômicos que objetivavam a eliminação do processo inflacionário;
- e) mecanismo de compensação para despesas de caráter permanente: o governante não poderá criar uma despesa continuada (prazo superior a dois anos), sem indicar uma fonte de receita ou uma redução de outra despesa, de modo a manter o equilíbrio fiscal; e
- f) mecanismo para controle das finanças públicas em anos de eleição: impede a contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) no último ano de mandato e proíbe o aumento das despesas com pessoal nos 180 dias que antecedem o final do mandato.

A fixação dessas novas regras, sem dúvida, está contribuindo para um controle permanente das finanças públicas no Brasil e auxiliando na criação de pré-condições necessárias para a retomada sustentada do crescimento econômico no País.

2.2 Dinâmica do repasse de verbas federais

O planejamento do orçamento público é extremamente importante e vital para a economia do país. Através deste planejamento, pode-se saber quanto, quando e como os estados e municípios poderão obter do Governo Federal a fim de subsidiar as necessidades da população que ficam acima das receitas municipais ou estaduais ou que, conforme a Constituição, deverão ser assistidas pelo Governo Federal.

O entendimento do planejamento leva a querer conhecer como as verbas federais são distribuídas, qual o mecanismo que as regulamenta e quanto destas verbas cabe à Educação.

Segundo as informações coletadas no site do Tesouro Nacional, as transferências constitucionais são parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal, transferidos para os estados, Distrito Federal e municípios conforme estabelecido na constituição Federal. O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e Municípios.

Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

As principais transferências constitucionais da União para os Estados, o DF e os Municípios, previstas na Constituição, são: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ainda, os Estados e Municípios fazem jus a outras transferências constitucionais federais como as do Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; do Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro (IOF-Ouro) e do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.

Também fazem parte as transferências constitucionais estaduais como é o caso de parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços – ICMS e ainda do Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados – FPEX.

Outra fonte de repasse de recursos federais são as Transferências Voluntárias que são os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios em decorrência da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos similares cuja finalidade é a realização de obras e/ou serviços de interesse comum e coincidente às três esferas do Governo.

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, entende-se por transferência voluntária "a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde."

2.3 Legislação Básica

A fim de poder embasar o que foi apresentado até aqui, além dos sites supra citados, faz-se necessário expor algumas leis, emendas, decretos e decisões normativas que regulam o repasse de verbas federais aos Estados e Municípios. São elas:

- Constituição da República de 1988;
- Emenda Constitucional n.º 14, de 12/09/1996;

- Emenda Constitucional n.º 17, de 22/11/1997;
- Lei Complementar n.º 59, de 22/12/1988 – dá nova redação ao § 3º do art. 91 da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional);
- Lei Complementar n.º 62, de 28/12/1989 – estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos fundos de participação e dá outras providências;
- Lei Complementar n.º 91, de 22/12/1997 - dispõe sobre a fixação dos coeficientes de Participação dos Municípios (revogou os §§ 4º e 5º, art. 91 da Lei n.º 5.172/1966);
- Lei Complementar nº 106, de 23 de março de 2001 - dá nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997 a (fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios);
- Lei n.º 5.172, de 25/10/1966 - dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de Direito Tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios - Código Tributário Nacional;
- Lei n.º 8.443, de 16/07/1992 – dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências;
- Decreto-Lei n.º 1.881, de 27/08/ 1981- altera a Lei n.º 5.172, de 25/10/1966, cria a reserva do Fundo de Participação dos Municípios e dá outras providências;
- Decisão Normativa TCU n.º 101, de 18/11/2009
- Decisão Normativa TCU nº 109, de 29/11/2010 – aprova, para o exercício 2011, os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso I, alíneas **a**, **b** e **d** da Constituição Federal e da Reserva instituída pelo Decreto-lei nº 1.881, de 27 de Agosto de 1981.

2.3.1 Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996

Para que se esclareçam os recursos destinados ao Campus Sertão (sujeito desta monografia), é necessário que se explicita a Lei Federal 9.394, implantada em dezembro de 1996, que regulamenta o Ensino Médio e o Ensino Profissional, dando-lhes suporte, destinação e subsídios.

Esta Lei, alterada em seu Art. 4º inciso II pela Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009, determina que “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: II Universalização do ensino médio gratuito” .

Em seu Capítulo III, art. 39 alterado pela Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008 determina “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” e, ainda, em seu art. 42 também alterado pela Lei 11.741/08 : “As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade”.

3 CAMPUS SERTÃO

O Campus Sertão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul está situado no Distrito de Engenheiro Luiz Englert, município de Sertão, a 25 quilômetros de Passo Fundo, região Norte do Estado do Rio Grande do Sul e integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Criado pela Lei nº 3.215, de 19 de julho de 1957, com a denominação de Escola Agrícola de Passo Fundo, o Campus iniciou seu efetivo funcionamento no ano de 1963. Através do Decreto Lei nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, passou a denominar-se Ginásio Agrícola de Passo Fundo, com localização em Passo Fundo (RS), subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária, ligada ao Ministério da Agricultura. Pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967 a instituição foi transferida, juntamente com outros órgãos de Ensino, para o Ministério da Educação e Cultura.

O Decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968, autorizou o Ginásio Agrícola de Passo Fundo a funcionar como Colégio Agrícola. A denominação Colégio Agrícola de Sertão foi estabelecida pelo Decreto nº 62.519, de 09 de abril de 1968. A partir de então ficou sob a coordenação da Coordenação Nacional de Ensino Agrícola - COAGRI - durante o período de 1973 até 1986.

Pelo Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979 passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Sertão, subordinada à Secretaria de Educação de 1º e 2º Grau do Ministério da Educação e Cultura. Obtive declaração da regularidade de estudos pela Portaria nº 081, de 06 de setembro de 1980, da Secretaria do Ensino de 1º e 2º Grau, do Ministério da Educação e Cultura. A Lei Federal nº 8.731, de 16 de novembro de 1993 transformou a Escola Agrotécnica Federal de Sertão em autarquia Federal, com autonomia administrativa e pedagógica.

A Lei nº 11.892, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no dia 29 de dezembro de 2008, transformou a antiga Escola Agrotécnica Federal de Sertão em Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

Inicialmente, o Campus oferecia o curso Ginasial Agrícola e conferia ao concluinte o diploma de Mestre Agrícola, de acordo com o Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. No período de 1970 a 1975, oferecia o curso Técnico Agrícola e conferia ao concluinte o diploma de

Técnico em Agricultura, em nível de 2º Grau. A partir do segundo semestre de 1973, a habilitação passou a titular-se Técnico em Agropecuária.

Hoje o Campus tem autonomia para ministrar Curso de Educação Básica em Nível de Ensino Médio e Formação Profissional com cursos de nível técnico e também cursos de graduação superior (tecnologias, bacharelados e licenciaturas). (ANEXOS)

Integrado ao Plano de Expansão da educação profissional, desempenha função relevante na cooperação para o desenvolvimento sócio-econômico regional, especialmente em regiões em que predominam as pequenas e médias propriedades rurais. O objetivo principal é o de ministrar o curso profissionalizante Técnico em Agropecuária, carro-chefe da instituição, e também atuar como centro de desenvolvimento rural colaborando para o desenvolvimento local e regional. Ainda, busca promover a educação profissional para a formação de indivíduos, que no desempenho de suas atividades, tornem-se difusores de tecnologias, contribuindo para a formação profissional e o exercício da cidadania.

São 53 anos de história na formação de técnicos em agropecuária com mais de 4.000 alunos que se inserem ao mercado de trabalho, não apenas como profissionais mas também como líderes e cidadãos com destacada participação em todos os campos da ação humana.

O Campus tem marcante atuação junto à comunidade regional e desempenha papel importante no atendimento de demandas específicas na região, através dos cursos que desenvolve e das parcerias com municípios da região, empresas, cooperativas e outras instituições de ensino como Universidades e Sindicatos.

Contando com uma área de 237 hectares, além de modernos laboratórios, o Campus mantém setores de produção nas áreas de: Agricultura (culturas anuais, fruticultura, silvicultura e olericultura); na área de Zootecnia (bovinocultura de corte e leite, ovinocultura, suinocultura, apicultura, piscicultura e avicultura); Agroindústria; e Unidade de Beneficiamento de Sementes, constituindo um laboratório para prática profissional, atividades pedagógicas e produção de matéria-prima para o processo agroindustrial.

O Campus funciona em período integral, com aulas teóricas e práticas, nos períodos da manhã, tarde e noite, incluindo, ainda, outras atividades para atendimento da comunidade externa e interna, como cursos de curta duração, entre eles o de Inseminação Artificial em Bovinos já consagrado pelo sucesso. Cursos

estes que visam à atualização, capacitação e treinamento em áreas diversas e cursos de qualificação.

São oferecidos, na atualidade, o curso Técnico em Agropecuária, nas modalidades integrado e subsequente ao Ensino Médio; os cursos Técnico em Manutenção e Suporte em Informática e Técnico em Agroindústria subsequentes ao Ensino Médio; PROEJA, com formação técnica em Comércio e os cursos superiores de Tecnologia em Agronegócio, Engenharia Agrônômica, Licenciatura em Ciências Agrícolas, Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Alimentos e Zootecnia, além do curso de Formação Pedagógica para Graduados, num total de 800 alunos.

Os recursos humanos da instituição compõem-se de 66 docentes efetivos e 04 substitutos pertencem ao quadro permanente e 93 Técnicos Administrativos.

3.1 Estrutura multicampi

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) é organizado em estrutura *multicampi*, com proposta orçamentária anual identificada para cada *campus* e a reitoria.

A instituição surgiu a partir da integração das seguintes instituições que foram transformadas, respectivamente, em *Campus Bento Gonçalves*, *Campus Canoas*, *Campus Porto Alegre*, *Campus Rio Grande* e *Campus Sertão*:

- Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves;
- Escola Técnica Federal de Canoas (em implantação);
- Escola Técnica, até então vinculada à UFRGS;
- Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, de Rio Grande;
- Escola Agrotécnica Federal de Sertão.

O *Campus Erechim* iniciou as atividades letivas em 2009 e outros três *campi* estão em fase de implantação: Caxias do Sul, Osório e Restinga.

Também compõem a estrutura do IFRS as unidades que foram federalizadas nas seguintes cidades: Farroupilha, Feliz e Ibirubá.

3.2 Concepção e Diretrizes

O Ministério da Educação criou um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Estruturado a partir do potencial instalado nos atuais

Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Vinculadas às Universidades Federais, os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia permitirão que o Brasil atinja condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico.

O foco dos Institutos Federais será a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Os novos Institutos Federais atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador, e articularão, em experiência institucional inovadora, todos os princípios formuladores do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Este novo arranjo educacional abrirá novas perspectivas para o ensino médio, por meio de uma combinação do ensino de ciências naturais, humanidades e educação profissional e tecnológica.

3.3 Finalidades e Características

Os Institutos Federais têm por finalidades e características³:

- ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no

³ Art. 6o da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

3.4 Objetivos

Os Institutos Federais tem como objetivos⁴:

- ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

⁴ Art. 7o da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
 - e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

3.5 Organização

Classe	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
1 – Docentes	36	39	37	40	39	42	41	52	52	70
Efetivos	33	33	32	34	34	35	35	45	47	66
Substitutos	03	06	05	06	05	07	06	07	05	04
2 – Técnicos Administrativos	69	67	61	64	65	65	66	71	82	93
Total	105	106	98	104	104	107	107	123	134	163

Quadro 1 – Evolução do quadro de recursos humanos

Fonte: Campus Sertão

Em conseqüência dos programas de capacitação, houve uma evolução no índice de qualificação do corpo Docente e de Técnicos Administrativos no período pesquisado. No exercício de 2005 o quadro de docentes contava com 14 mestres e 25 especialistas já em 2010 o Campus contava com 15 doutores, 44 mestres e 07 especialistas. Em relação aos Técnicos Administrativos também houve uma significativa evolução sendo que o Campus conta hoje com 25 especialistas em diversas áreas e 03 mestres o que demonstra uma evolução marcante na qualificação destes profissionais.

Descrição	Ano									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Auxiliar Administrativo			02	02	01	01	01			
Auxiliar na industrialização de alimentos	05	05	05	05	05	05	05	05	06	05
Auxiliar no preparo de alimentos			02	02	08	08	11	11	11	10
Auxiliar no processamento de dados								01	01	
Auxiliar de serviços gerais	11	11				01	01	01	01	02
Biólogo						01	01			
Chefe de produção							01			
Coordenadora de limpeza									01	
Eletricista	01	01	01	01	01	01	01	02	02	02
Enfermeira										01
Fisioterapeuta			01	01	01	01	01			
Mecânico								01	01	01
Motorista										01
Operador de Caldeira						01	01	01	01	01
Operador Colheitadeira								01	01	01
Padeiro								01	01	01
Pedreiro						01	01	03	03	02
Psicólogo					01	01				
Recepcionista										01
Servente de limpeza			02	02	02	04	04	02	05	05
Trabalhador Rural Polivalente	02	02	03	03	05	05	05	04	03	04
Técnico em Enfermagem			03	03	03	03	03	02	02	
Técnico em Informática					01	01	01			
Telefonista								01	01	
Vigias						06	06	08	06	06
Vigilantes									06	06
Total	19	19	19	19	28	40	43	44	52	49

Quadro 2 – Quadro de Pessoal Contratado por Empresas Prestadoras de Serviços
Fonte: Campus Sertão

Na realidade, o quadro de recursos humanos é superior àquele acima demonstrado, devido que parte dos serviços é executada através de contratos terceirizados, como demonstrado no quadro acima, envolvendo, em 2010, 49 trabalhadores.

3.6 A Dinâmica do orçamento

O orçamento do Campus é elaborado com base num plano de metas anual visando a manutenção, melhorias e ampliação da instituição. A previsão orçamentária é elaborada e encaminhada para a Reitoria até o mês de julho de cada ano. A Reitoria, por sua vez, encaminha todas as previsões orçamentárias dos campus à Secretaria de Educação Tecnológica – SETEC. A partir da aprovação do orçamento, o governo federal repassa para os Institutos a parcela de cada um denominada de Matriz CONIF a qual é elaborada levando em consideração, ainda, o número de alunos e a estrutura de cada campus, evidenciando as especificidades de cada um.

3.6.1 Os dados

Os dados coletados para esta pesquisa tiveram como fonte o Campus Sertão do IFRS, priorizando o orçamento de custeio e investimento do referido Campus. Quanto ao orçamento de recursos humanos, não foi alvo de pesquisa, visto que todos os recursos são provenientes do Tesouro e estão centralizados na Reitoria, não estando computados nesta pesquisa.

Para uma melhor análise da evolução do orçamento, será apresentado, em forma de tabelas, os orçamentos de 2001 a 2010, especificando o orçamento previsto e o executado.

Também serão apresentadas tabelas demonstrativas dos recursos não previstos provenientes de projetos encaminhados em sua maioria, a SETEC, o qual é destinado para construção de novos prédios, reformas em geral, e aquisição de equipamentos imprescindíveis às atividades de ensino, como equipamentos para laboratórios e demais setores do Campus.

Outro fator de análise, apresentado em tabela é a receita própria, que provém dos setores de produção do Campus, instituição essencialmente agrícola, que possui um sistema de escola-fazenda, cujas atividades abrangem o plantio de hortifrutigranjeiros, abate de suínos, produção apícola, produção de derivados do leite e carne, produção de ovos, e produção de produtos agrícolas como soja, milho e feijão.

Assim, os quadros a seguir possuem o objetivo de elucidar o orçamento recebido e orçamento executado no período de 2001 a 2010, bem como demonstrar recursos de projetos (não previstos) e recursos diretamente arrecadados (receita própria) permitindo uma adequada avaliação da sua realidade orçamentária fazendo um comparativo entre os exercícios financeiros pesquisados.

Ano	Classificação		Total
	Custeio	Investimento	
2001	1.289.894,96	20.672,00	1.307.566,96
2002	1.479.931,52	143.788,00	1.623.719,52
2003	1.517.931,00	99.783,00	1.617.714,00
2004	2.002.393,56	297.814,00	2.300.210,56
2005	2.430.375,84	246.600,00	2.676.985,84
2006	2.714.581,47	477.504,76	3.192.086,23
2007	4.707.283,53	1.274.338,11	5.981.621,64
2008	4.233.047,84	510.380,00	4.743.427,84
2009	4.201.328,00	809.069,00	5.010.397,00
2010	3.599.286,96	1.529.971,63	5.129.258,59
TOTAL	28.176.054,68	5.409.920,50	33.585.975,18

Quadro 3 – Demonstrativo do orçamento total recebido
Fonte: SIAFI

Ano	Classificação		Total
	Custeio	Investimento	
2001	1.126.542,51	20.653,38	1.150.195,89
2002	1.327.585,66	65.058,40	1.392.644,06
2003	1.431.986,70	98.805,49	1.530.792,19
2004	1.954.752,18	231.369,69	2.186.122,17
2005	2.338.301,39	246.126,45	2.584.427,84
2006	2.663.479,20	438.837,80	3.102.317,00
2007	4.629.576,00	1.266.739,10	5.896.315,10
2008	3.589.575,68	444.303,43	4.033.879,13
2009	3.677.695,85	658.222,96	4.335.918,86
2010	3.567.568,13	1.529.971,63	5.097.539,76
TOTAL	26.307.063,30	5.000.088,33	31.307.151,63

Quadro 4 – Demonstrativo do orçamento total executado
Fonte: SIAFI

Observa-se que na média geral do período, foram executados 93,21% do total do orçamento recebido.

Ano	Previsão da Receita	Arrecadação
2001	294.240,00	280.716,00
2002	279.614,00	293.425,98
2003	280.327,00	279.419,07
2004	378.108,00	349.315,94
2005	404.641,00	406.206,14
2006	388.608,00	390.707,86
2007	406.495,00	406.944,93
2008	385.355,00	396.436,80
2009	549.352,00	354.372,69
2010	450.000,00	224.362,02
Total	3.816.740,00	3.381.507,43

Quadro 5 – Demonstrativo da receita própria
Fonte: SIAFI

A receita própria tem origem na comercialização de produtos agrícolas produzidos no Campus, bem como de taxas de serviços administrativos como segundas vias de documentos e inscrições. Também compõe a receita própria valores oriundos de aluguéis, arrendamentos de terras, alienação de bens móveis, taxa de ocupação de imóveis e consumo de energia elétrica pelos servidores residentes nos imóveis do Campus. Ressalta-se que o orçamento de recursos próprios somente pode ser executado se houver arrecadação.

Ano	Descrição	Valor R\$
2001	Capacitação docentes (bolsa)	16.663,96
2001	Reforma/adaptação das instalações elétrica externas	26.300,00
2001	Reforma/adaptação do sistema de coleta e tratamento de efluentes da agroindústria	29.000,00
2002	Capacitação docentes (bolsa)	18.837,52
2002	Ampliação do sistema de coleta de efluentes	98.700,00
2002	Reformas gerais de imóveis	27.778,00
2002	Reforma e adaptação na Central de Inseminação	55.000,00
2003	Capacitação de docentes (bolsa)	18.913,00
2003	Reforma de máquinas e implementos agrícolas	27.941,17
2004	Capacitação docentes (bolsa)	10.723,56
2004	Serviços Complementação Central de Inseminação Artificial da Bovinocultura	28.000,00
2005	Capacitação docentes (bolsa)	1.710,00
2005	Reforma e ampliação da sala ambientes de avicultura	50.534,42
2005	Reforma rede elétrica dos alojamentos	12.600,00
2005	Reforma e adaptação da cobertura dos alojamentos	25.400,00
2006	Diárias e passagens – treinamento servidores	6.850,47
2006	Aquisição acervo bibliográfico	30.722,45
2006	Aquisição material expediente – curso PROEJA	9.247,00
2006	Aquisição material construção – reforma alojamentos	32.600,00
2006	Reforma banheiros e construção rampas de acesso	77.277,55
2006	Reforma auditório	22.753,00
2007	Diária e passagens treinamento servidores	6.190,33
2007	Aquisição de materiais - cursos UNED Ibirubá	60.170,59
2007	Reforma e ampliação UNED Erechim	1.200.000,00
2007	Aquisição programa SIGA	60.000,00
2007	Reforma/adaptação Centro Análises de Alimentos	140.000,00
2007	Recuperação das instalações do CTRH	212.211,31
2007	Capacitação docentes e Técnicos Administrativos	148.601,00
2008	Diárias e passagens – treinamento servidores	6.752,17
2008	Auxílio Permanência alunos PROEJA	15.000,00
2008	Materiais de expediente – capacitação servidores	5.000,00
2008	Reforma para melhoria e qualidade do ensino	72.000,00
2008	Apoio ao Ensino Agrícola	26.000,00
2008	Reforma/adaptação Uned Erechim	661.613,00
2009	Diárias e passagens – treinamento servidores	1.425,00
2009	Auxílio permanência alunos PROEJA	19.000,00
2009	Aquisição de gêneros alimentícios	280.000,00
2009	Capacitação servidores	40.000,00
2010	Auxílio permanência alunos PROEJA	37.000,00
2010	Recursos merenda escolar	49.140,00
TOTAL		3.667.655,50

Quadro 6 – Recursos de projetos – custeio.

Fonte: SIAFI

Ano	Descrição	Valor R\$
2002	Equipamentos de informática	83.333,00
2003	Equipamentos de informática	29.411,76
2004	Equipamentos de topografia	68.771,00
2004	Equipamentos de informática	32.000,00
2005	Construção CACI	58.000,00
2005	Construção lavanderia alojamentos	26.600,00
2005	Equipamentos em geral	70.000,00
2006	Construção de passarelas	43.400,00
2006	Construção viveiro de mudas	57.637,76
2006	Conclusão passarelas	51.406,00
2006	Aquisição de equipamentos diversos	116.594,00
2006	Aquisição de trator agrícola	100.000,00
2007	Construção alojamento feminino	98.000,00
2007	Construção aviário de corte	85.483,80
2007	Ampliação/recuperação CTRH	218.211,31
2007	Construção Prédio Salas de Aula	300.000,00
2007	Equipamentos de informática	80.000,00
2007	Equipamentos UNED Ibirubá	75.280,00
2007	Equipamentos UNED Vacaria	199.337,00
2007	Equipamentos Laboratório de Física	100.000,00
2008	Equipamentos diversos – melhoria ensino	147.000,00
2008	Equipamentos de informática	90.000,00
2008	Equipamentos projeção multimídia	48.000,00
2008	Aquisição GPS	50.000,00
2008	Instrumentos musicais	30.000,00
2009	Conclusão prédio salas de aula	275.000,00
2009	Aquisição Notbooks	65.000,00
2009	Instrumentos musicais para banda marcial	29.560,00
2009	Aquisição semeadora de grãos	76.000,00
2009	Acervo bibliográfico	200.000,00
Total		2.904.025,63

Quadro 7 – Recursos de projetos – investimento.
Fonte: SIAFI

Ano	Custeio R\$	Investimento R\$	Total
2001	71.963,96	-0-	71.963,96
2002	200.315,52	83.333,00	283.648,52
2003	46.854,17	29.411,76	76.265,93
2004	38.723,56	100.771,00	139.494,56
2005	90.244,42	154.600,00	244.844,42
2006	179.450,47	369.037,76	548.488,23
2007	1.827.173,23	1.156.312,11	2.983.485,34
2008	786.365,17	365.000,00	1.151.365,17
2009	340.425,00	645.560,00	985.985,00
2010	86.140,00	-0-	86.140,00
Total	3.667.655,50	2.904.025,63	6.571.681,13

Quadro 8 – Demonstrativo geral - recursos de projetos.
Fonte: SIAFI

Os recursos de projetos (não previstos) são oriundos de projetos encaminhados, em sua maioria, a Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação.

3.6.2 A análise dos dados

Vários são os itens de relevância que fazem parte da pesquisa. Verifica-se que os recursos oriundos do Tesouro Nacional representam, na média geral, 89,94% do montante do orçamento, enquanto que a arrecadação própria da escola representa aproximadamente 10,06% do total geral da dotação orçamentária. Este fato representa a forte dependência das transferências governamentais.

Destaca-se a importância dos recursos de projetos (não previstos) os quais representam, em média, 19,56% do total do orçamento. A aplicação destes recursos visam a melhoria do ensino através da capacitação dos docentes e equipando laboratórios e demais áreas de ensino proporcionando ao aluno a oportunidade de aprender utilizando a tecnologia, bem como acompanhar a evolução tecnológica e estar apto a utilizá-la no mercado de trabalho quando formado. É importante que se diga que os recursos de projetos são responsáveis por equipar a instituição, principalmente em relação a área da informática, cujos projetos permitiram montar novos laboratórios possibilitando a criação de outros cursos e a ampliação do número de vagas. Observa-se o quanto são importantes estes recursos, pois o crescimento da infra-estrutura do Campus está ligada diretamente aos mesmos, bem como a elevação do índice de conhecimento dos alunos proporcionado pela tecnologia disponibilizada através destes recursos. Pode-se concluir que a escola demonstrou preocupação na busca de recursos e parcerias com empresas privadas, o que denota o seu compromisso com o desenvolvimento da instituição.

Quanto aos recursos oriundos da receita própria, o campus, essencialmente agrícola, possui um sistema de escola-fazenda, no qual os alunos aliam a teoria à prática. O fruto dessa união dá origem a produção de diversos produtos agrícolas os quais são consumidos, em sua maioria, pelos alunos. O excedente da produção é comercializado gerando, juntamente com as demais taxas, a receita própria da instituição. Os recursos diretamente arrecadados são utilizados na aquisição de alimentos para os alunos, e o restante é destinado para a aquisição de rações e insumos agrícolas. Verificou-se que o Campus é auto-suficiente na produção de

ovos, verduras, leite, carne suína, queijo, doce de leite e embutidos como lingüiça e salame, dispensando a aquisição dos referidos produtos. Produz, também, soja, milho, feijão e trigo que também são comercializados, fomentando a receita própria. No ano de 2010, o valor total produzido chegou a R\$ 593.222,88 onde 35,77% foi comercializado, 28,85% foi consumido pelos alunos, 33,70% destinado aos animais em forma de ração e o restante faz parte de doações a entidades.

Diante dessa constatação fica clara a importância dos recursos provenientes da receita própria, pois além de permitir ao aluno consorciar a teoria com a prática, houve uma participação, no período pesquisado, em média de 10,06% na constituição do orçamento da unidade, sendo suficiente para a aquisição de gêneros alimentícios não produzidos pelos campus, fazendo com que a alimentação dos discentes seja, praticamente, subsidiada pelos referidos recursos. Também, observou-se que nos exercícios de 2005 a 2008 a arrecadação foi superior ao previsto.

Em relação às despesas para manutenção do campus, constatou-se que a terceirização dos serviços consome grande parte dos recursos de custeio conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2001	135.890,48
2002	132.236,74
2003	180.406,80
2004	275.431,39
2005	412.162,77
2006	504.999,07
2007	644.012,02
2008	718.757,39
2009	1.045.093,47
2010	1.006.973,89
Total	5.055.964,02

Quadro 9 – Demonstrativo das despesas com terceirização de pessoal

Fonte: SIAFI

Verifica-se que a média no período pesquisado em relação ao orçamento de custeio executado fica em torno de 19,22%. Mas, se comparar apenas as despesas no ano de 2010, onde o orçamento de custeio executado foi de R\$ 3.567.568,13, as despesas com terceirização elevam o índice de 19,22% para 28,23%. Ainda, tomando por base o ano de 2009, o índice de gastos eleva-se ainda mais, chegando

aos 28,42%, significando quase 1/3 do orçamento de custeio da instituição naquele exercício.

Contudo, as despesas relacionadas a terceirização de pessoal são despesas que pouco podem ser reduzidas. visto que a instituição depende de concurso público para suprir cargos vagos. Ainda assim, é de suma importância a reavaliação das necessidades de postos de trabalhos terceirizados uma vez que, mesmo sendo pouco reduzida a despesa, o gestor deve planejar e priorizar para que os recursos sejam alocados com eficiência e economicidade.

Outros itens como combustíveis, materiais de higiene e limpeza, materiais de expediente, alimentação animal, a manutenção da propriedade, são também itens que utilizam recursos significativos.

Entretanto, o consumo de energia elétrica pode ser classificado como um item expressivo na utilização de recursos, pois todos os setores dependem deste item e de sua melhor utilização. Assim, a energia elétrica foi escolhida como exemplo por apresentar volume de gastos consideráveis da instituição e um dos pontos que podem ser otimizados dentro do planejamento e execução do orçamento.

Estima-se que no Brasil são desperdiçados entre 10% e 15% da energia elétrica produzida, cuja causa seriam equipamentos velhos ou mal conservados e o mau uso. O uso consciente de energia elétrica representa economia para o País e para o orçamento das instituições públicas. Desta forma, cita-se como exemplo este item cuja despesa demonstra-se trimestralmente, a seguir:

Ano	1º Trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	TOTAL
2001	18.950,39	28.166,66	20.169,39	23.136,40	90.422,84
2002	19.910,72	27.176,91	27.123,25	25.003,13	99.214,01
2003	15.878,71	28.133,55	30.107,76	37.385,10	111.505,12
2004	30.202,15	48.081,83	51.111,18	45.453,11	174.848,27
2005	41.898,63	65.088,71	44.859,62	29.008,71	180.855,67
2006	44.361,76	58.830,96	62.891,92	38.774,67	204.859,31
2007	42.650,40	69.963,23	68.028,62	60.002,64	240.644,89
2008	42.900,70	55.632,47	52.909,60	55.976,05	207.418,62
2009	45.309,04	60.527,56	47.560,00	57.501,85	210.898,45
2010	47.484,48	62.877,79	63.427,63	58.932,33	232.722,23
Total	349.546,98	504.479,67	468.188,97	431.173,99	1.753.389,41

Quadro 10 – Evolução do gasto de energia elétrica por trimestre
Fonte: SIAFI

A energia elétrica é distribuída no Campus através de quatro contadores. Entre eles, o que apresenta maior consumo é o que abastece os alojamentos dos alunos, o prédio central, almoxarifado, biblioteca, ambulatório, cantina, poço artesiano, refeitório, padaria, ginásio de esportes, quadras externas, guarita e parte da iluminação pública, identificado junto a empresa de energia pelo nº 1744949-9.

Segundo estudo realizado pela própria instituição, houve a identificação dos horários de maior consumo que ocorre entre as 17h e 21h, sendo que o setor que mais utiliza energia elétrica, segundo o mesmo estudo, é o dos alojamentos, por tratar-se do local dos banhos dos alunos em regime de internato, onde estão instalados 73 chuveiros. Ainda, a instituição possui ainda mais 32 unidades instaladas nos demais setores, porém com funcionamento esporádico.

O Campus já vem tentando reduzir as despesas com energia. Para tanto foram efetivadas as seguintes medidas:

- Instalação de medidores individuais nas residências dos servidores
- Substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas
- Ajuste de contratos na quantidade de demanda (Kw) contratada;
- Enquadramento do Campus na classe de produtor rural;
- Identificação de horários de maior pico de consumo;
- Alternativas em estudo de viabilidade para maior diminuição de consumo;
- Correção dos fatores de potência com a instalação de bancos capacitores junto às unidades de consumo da Agroindústria, Centro de Treinamento e Acesso secundário, passando para o fator ideal, evitando encargos de Energia Reativa Excedente e Demanda Reativa Excedente;
- Instalação de medidores individuais, junto aos alojamentos, para controle diário de consumo;
- Substituição geral da rede elétrica dos alojamentos conforme projeto executado em 2005;
- Reforma na rede elétrica externa com substituição de cabos e postes;
- Campanha de conscientização junto à comunidade escolar e apresentação de números;
- Incentivo na utilização racional de aparelhos de ar-condicionado, estufas e aquecedores elétricos;

- Programação de computadores para desligamento de monitor após período de 5min sem uso;
- Desligamento dos computadores no horário do meio dia;
- Redução no consumo de água;
- Adequação da iluminação pública;

Além das medidas que já foram implantadas, muitas outras podem ser realizadas para a otimização dos custos com energia. E não somente desta, mas do consumo dos demais materiais que fazem parte da manutenção do Campus.

O orçamento Federal que é repassado para o Campus, contém um volume considerável de recursos públicos. Assim, é dever tanto dos gestores, quanto dos funcionários, estudantes e comunidade escolar, administrar estes recursos de forma a não desperdiçá-los e melhor distribuí-los dentro do universo da instituição.

Neste contexto, o capítulo seguinte tratará de oferecer sugestões para a otimização de materiais, de energia elétrica, de água e outros fatores de consumo de recursos públicos.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados do orçamento do Campus Sertão permite que se conheça a evolução do orçamento bem como dos gastos com sua manutenção desde o ano de 2001 até 2010.

Tomando-se por base o item energia elétrica, exemplo a ser analisado, pode-se identificar o seguinte:

No período analisado, observou-se que a maior diferença de valores ocorreu do ano de 2003 para 2005. Em 2003, o consumo de energia elétrica alcançou a cifra de R\$ 111.217,82. Já em 2005 o consumo de energia alcançou a cifra de R\$ 180.855,67. Houve, portanto um aumento de aproximadamente R\$ 75.000,00, ou seja, 62,60% , mesmo considerando as medidas adotadas pela instituição para redução do consumo. Também, observou-se que, numa análise geral, os meses de maior consumo de energia foram, em geral, aqueles relativos ao segundo trimestre.

Então, para um melhor entendimento, fez-se um levantamento do consumo de energia neste período, em Kw:

	2003	2004	2005
Janeiro	14.970	17.223	28.975
Fevereiro	14.904	20.006	24.182
Março	13.366	29.404	35.243
Abril	22.080	33.514	41.631
Mai	23.455	38.236	41.151
Junho	23.369	43.011	44.401
Julho	21.766	37.381	45.626
Agosto	23.477	33.848	36.921
Setembro	22.608	33.578	44.609
Outubro	35.164	34.321	48.122
Novembro	32.160	34.661	44.743
Dezembro	29.977	34.852	41.265
TOTAL KW	287.256	390.525	493.869

Quadro 11 – Consumo de energia em kw de 2003 a 2005

Fonte: Campus Sertão

Observa-se que no ano de 2003 a instituição consumiu 287.256 kw e em 2004 o consumo foi de 390.525 kw, representando, portanto, um aumento de 35,95% no consumo anual. Em 2005, o consumo anual chegou a 493.869 kw. Estes dados representam um acréscimo de 26.46% no consumo em relação ao ano anterior.

Ainda, no intuito de demonstrar o acréscimo no consumo de energia no campus no período pesquisado e apresentar dados mais recentes e efetivar os mesmos, demonstra-se o consumo no ano de 2010:

Mês	Consumo kw
Janeiro	38.421
Fevereiro	33.619
Março	52.599
Abril	56.529
Maio	58.997
Junho	62.193
Julho	63.454
Agosto	53.363
Setembro	54.467
Outubro	56.982
Novembro	51.758
Dezembro	58.574
Total	626.862

Quadro 12 – Consumo de energia em kw em 2010.

Fonte: Campus Sertão

Comparando-se o consumo efetivo de energia no ano de 2005 com o consumo no ano de 2010, verifica-se que houve um acréscimo de 26,93% .

Entre as medidas adotadas no período, destaca-se o ajuste nos contratos, onde foi acrescida a quantidade de kw contratada, evitando-se assim o consumo excedente cujo valor é bem superior ao valor do consumo normal da energia. Também foi alterada a tarifação passando de convencional para horo-sazonal verde, o que contribuiu para a redução dos valores pagos pelo campus.

Outras medidas como a troca de lâmpadas, a reforma da rede elétrica dos alojamentos dos alunos, entre outras, foram também importantes para a redução no consumo de energia. Mas, mesmo com as medidas adotadas, observa-se que o consumo cresceu consideravelmente. É importante destacar que houve a implantação de novos laboratórios, a instalação de aparelhos de ar condicionado, a aquisição de equipamentos elétricos entre outros, bem como o aumento no número de alunos. Contudo, é preocupante o aumento do consumo de energia ocorrido no período pesquisado.

Assim, apresenta-se algumas sugestões de ações que poderão ser implantadas pelo Campus com o objetivo de reduzir as despesas com energia elétrica. São elas:

- Utilização de sensores de presença nos corredores e banheiros que se acenderão somente quando houver circulação de pessoas. Através desta ação é possível reduzir o consumo visto que a instituição possui vários prédios que permanecem com lâmpadas acesas dioturnamente nos corredores. Também possui vários banheiros, que, em geral, são esquecidas lâmpadas acesas desperdiçando energia.
- Instalação de caixas d'água para captação da água da chuva para utilização na limpeza dos ambientes evitando assim, consumo de energia para captar água dos poços artesianos
- Utilização de lâmpadas vapor de sódio nas áreas externas.

Ainda, investir na eficiência de energia elétrica, além de ajudar a reduzir o impacto ambiental do seu consumo, diminui o impacto no orçamento da instituição. Então, algumas ações podem contribuir para o ajuste na utilização da energia elétrica no Campus. São elas:

- Apagar as lâmpadas nos ambientes que não estão sendo utilizados;
- Utilizar a luz natural, quando possível, abrindo janelas e cortinas, dispensando o uso de lâmpadas;
- Racionalizar o uso de materiais elétricos, como ventiladores, estufas e material eletrônico;

- Observar o horário de maior consumo de energia para que, neste período, utilizem-se o menor número de aparelhos elétricos;
- Verificar a instalação elétrica periodicamente para localizar possíveis “fugas” de corrente;
- Instituir comissão de acompanhamento das despesas com energia;
- Viabilizar os novos projetos arquitetônicos com aproveitamento da água das chuvas para utilização nos vasos sanitários e para limpeza em geral;
- Estudo para verificar possibilidade de implantação de geradores próprios de energia nos alojamentos. Esta proposição deve-se ao fato de que, através de uma pesquisa relacionada ao custo/benefício destes equipamentos, constatou-se haver uma redução em torno de 30% no consumo de energia elétrica. Então, estes equipamentos seriam utilizados nos horários de maior consumo de energia já detectados pela administração, ou seja, entre 17 e 21 horas.
- Estudo da viabilidade de implantação de gás encanado para aquecimento dos chuveiros nos alojamentos dos alunos.
- Estudo da viabilidade de implantação de biodigestores nos setores de bovinocultura e suinocultura
- Estudo da viabilidade de implantação de aquecimento da água pela luz solar nos alojamentos, local de maior consumo de energia. Os sistemas de aquecimento solar de água são, de longe, a maneira mais eficiente e ecológica de se aquecer a água para o consumo. Os coletores solares podem substituir completamente outros sistemas de aquecimento de água, e se comparar com o chuveiro elétrico, a economia com o consumo de energia é brutal. Porém, em nossa região cujo frio é intenso no inverno, se faz necessário um estudo do custo-benefício dessa proposição.

Também, outras ações podem auxiliar na melhor utilização dos recursos nas instituições de ensino, bem como em repartições públicas em geral. Assim, como sugestões, destaca-se alguns itens que poderão ser seguidos, ampliados, melhorados, modificados, adaptados conforme a realidade, necessidade e recursos de cada instituição.

Tanto quanto a economia de energia, a economia de materiais de expediente, principalmente papel, de materiais de higiene e limpeza, de materiais de informática, e de outros materiais configura-se em ato de cidadania e de reconhecimento do papel profissional de cada um. Desta forma, sugere-se ações com vistas a melhor utilizar o recurso público no Campus. São elas:

- Reutilização de folhas de ofício para documentos cuja finalidade seja somente arquivo;
- Aquisição de folhas de papel reciclado (custo menor) para a impressão de provas e materiais para alunos;
- Impressão de material estritamente necessário, observando a possibilidade de leitura no próprio computador;
- Racionalização de material de expediente, como canetas, lápis, cliques e grampos, servindo-se de um controle efetivo pelo setor de almoxarifado acompanhando criteriosamente as requisições efetuadas pelos servidores;
- Organização de um almoxarifado com lista de estoque e relação de distribuição de materiais, tanto de expediente quanto de material de limpeza e higiene;
- Racionalização na utilização de produtos alimentícios, verificando a quantidade, a real necessidade e alternativas para a substituição dos itens mais caros na dispensa da instituição. Esta medida visa, principalmente, a racionalização na utilização de óleos, temperos, e de frutas e legumes, que podem ser adquiridas em pequenas quantidades, evitando-se, assim, a perda por putrefação;
- Priorização dos produtos produzidos pelo Campus na alimentação da comunidade escolar;
- Observar a quantidade de materiais de higiene e limpeza, principalmente aqueles que são solúveis adequando a utilização de materiais que são diluídos para uso. Assim, o setor de almoxarifado, por exemplo, prepara os produtos e fornece aos setores já diluído na quantidade adequada evitando danos à saúde dos servidores e também protegendo o meio ambiente ;

- Realizar a coleta seletiva de lixo com reaproveitamento de materiais recicláveis como plásticos, papéis e latas. Estes produtos podem ser comercializados e o dinheiro proveniente desta venda, depositado em conta única da União, entrando no orçamento do campus como receita própria;
- Promover campanhas de conscientização entre professores, funcionários e alunos que objetive o conhecimento dos trâmites do orçamento do Campus e exponha as dificuldades enfrentadas pela instituição na manutenção das verbas. É importante que a comunidade escolar esteja muito bem informada quanto ao repasse de verbas. Desta forma, a conscientização dá-se pelo conhecimento da dinâmica da entidade e da real necessidade que a mesma possui;
- Promover a conscientização de professores e funcionários, no local de trabalho, quanto a utilização adequada dos materiais disponíveis.

Muitas outras ações podem servir de apoio para a otimização dos recursos em instituições públicas. Estas ações adquirem caráter de cidadania na medida em que dependem de cada pessoa.

Assim, este trabalho monográfico deixa em aberto sugestões, para que se possa pensar a realidade de cada instituição e, a partir dela, construir ações viáveis e necessárias.

5 CONCLUSÃO

O uso dos recursos públicos é de suma importância para o crescimento e desenvolvimento de um país, pois são estes recursos que, por meio das políticas públicas, fornecem e disponibilizam bens públicos à sociedade, promovendo o crescimento econômico e social de uma nação.

Então, é importante que a sociedade tenha a oportunidade de verificar e acompanhar a aplicação destes recursos. E diante disso, através deste trabalho monográfico, objetivou-se demonstrar o montante de recursos recebido pelo Campus Sertão no período de 2001 a 2010, bem como a sua aplicação, evidenciando as fontes destes recursos e ainda, alguns itens de maior despesa, entre eles os gastos com energia elétrica.

Com relação ao orçamento do Campus, o mesmo é proveniente basicamente de três fontes, ou seja, do Orçamento Geral da União (OGU), de recursos oriundos da receita própria e recursos de projetos (não previstos no orçamento). Observou-se que os recursos do OGU são aqueles responsáveis pela manutenção geral do Campus, permitindo ainda, pequenos investimentos como reformas de prédios, aquisição de equipamentos, capacitação de servidores entre outros.

Constatou-se que os recursos de projetos foram responsáveis pelo aumento da infra-estrutura do Campus permitindo a construção de novas salas de aula, aviário, alojamento feminino, lavanderia, construção de passarelas, entre outros. Também foi responsável pela aquisição de equipamentos para a montagem de novos laboratórios, aquisição de máquinas agrícolas, instrumentos musicais, acervo bibliográfico e reformas em geral.

Em relação aos recursos provenientes da arrecadação de receitas próprias, estes foram e são responsáveis pela total aquisição dos alimentos utilizados para a manutenção do refeitório dos alunos do ensino técnico. Ressalta-se que estes recursos têm origem principalmente da venda da produção agrícola do Campus, ou seja, da venda de soja, milho, trigo e aveia. Também compõe estes recursos a venda do excedente dos produtos alimentícios que abastecem o refeitório, entre eles carne suína, ovos, leite, queijo e outros.

Quanto às despesas relevantes, por ser a energia elétrica um fator importante nos gastos públicos, optou-se por fazer um comparativo do consumo desta no

período de 2001 a 2010. Constatou-se que houve um acréscimo considerável no consumo mesmo com as medidas adotadas pelo Campus para sua redução. É lógico que alguns fatores contribuíram para este acréscimo, como o aumento no número de laboratórios, a ampliação da área construída, o aumento do número de alunos entre outros. Ainda assim, no período analisado o consumo teve um acréscimo de mais de 100%. Diante deste panorama, apresentou-se algumas sugestões que poderão contribuir para reduzir este consumo. Também destacou-se outras ações com referência a utilização de materiais, visando a melhor aplicação dos recursos e a preservação do patrimônio público, configurando-se assim em uma tomada de consciência quanto ao uso racional do bem público.

A Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão determina, entre outros itens, que os projetos básico ou executivo de obras de engenharia devem ser elaborados visando a redução no consumo de energia e água. Para tanto, determina que seja utilizada tecnologia e materiais que reduzam o impacto ambiental, como o uso de energia solar e o aproveitamento da água das chuvas, entre outros. Estas ações foram apresentadas no capítulo 4 como sugestão para a redução dos gastos com energia elétrica e que podem e devem ser implantadas no Campus, pois além de cumprir com a legislação e reduzir gastos, proporciona à comunidade escolar vivenciar o processo de tomada de consciência em relação ao meio ambiente. Estas ações fortalecerão a idéia de preservação do meio ambiente, promovendo indiretamente a educação, pois através dos alunos é possível disseminar as idéias de preservação ambiental para as várias regiões de origem dos mesmos.

Quanto ao uso das verbas federais, na medida em que a democracia tornou público os trâmites governamentais do dinheiro público, promoveu um reconhecimento do montante de dinheiro que o país arrecada com impostos e outros meios legais. Se isso foi uma conquista merecida de todo o povo brasileiro, tornou-se, por outro lado, uma arma contra a própria cidadania. É que, sem a devida consciência de cidadania, muitos membros da sociedade, incluindo-se aí a sociedade escolar, pensaram-se donos do público e, portanto, com direitos para fazer o que bem entendessem, desperdiçando recursos que poderiam ser melhor aplicados em benefício da sociedade.

O propósito maior deste trabalho é incitar para a tomada de consciência quanto ao uso dos recursos públicos sugerindo ações com vistas ao melhor

aproveitamento destes recursos. Assim, é preciso que os gestores atentem para os princípios da Administração Pública, em especial, para o princípio da eficiência, pois é do interesse público que os tributos pagos pelos cidadãos não sejam apenas utilizados de forma legal, impessoal, moral e pública, como também de forma eficiente, buscando a melhor relação custo-benefício.

Rubem Alves disse que “A primeira tarefa da Educação é ensinar a enxergar”. Nesta perspectiva, a Educação tem um papel socializador, crítico e cidadão. É pela Educação, vista sob esta ótica, que o homem passa a enxergar o que antes apenas via, pois a medida de um e de outro é justamente a diferença entre ver o movimento e enxergar sua dinâmica.

Assim, sendo a Educação um agente conscientizador, na medida em que maximiza os horizontes, ela mesma deve ser um exemplo de fidedignidade a seus objetivos, praticando no cotidiano suas teses e teorias. Por isso é que, em se tratando de educação pública no Brasil, o exemplo das instituições, de seus gestores, corpo docente e da comunidade escolar em geral configuram-se na essência da educação de qualidade e emancipatória.

Portanto, é pelo exemplo que se educa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Macio Bastos; SILVA, Paulo Henrique Feijó da. **Gestão de Finanças Públicas**. Brasília, 2006.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

BRITO, Paulo. **Economia brasileira: planos econômicos e políticas econômicas básicas** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DIEHL, Astor Antonio; PAIM, Denise Carvalho Tatim. **Metodologia e Técnica de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Clio, 2002.

FEIJÓ, Paulo Henrique. **Administração Financeira e Orçamentária & Noções de Finanças Públicas**. Agosto, 2003.

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Ministério da Fazenda – Tesouro Nacional. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em 19 abr. 2011.

BRASIL. Senado Federal. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br>>. Acesso em 08 mai. 2011.

SANCHES, Osvaldo Maldonado. **Dicionário de orçamento, planejamento e áreas afins**. Brasília: Prisma, 1997.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em 20 abr. 2011.

BRASIL. Ministério da Fazenda - SIAFI. Disponível em: < <https://acesso.serpro.gov.br>>.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em 19 abr. 2011.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento. Disponível em: < <http://www.bndes.gov.br> > Acesso em 19 abr. 2011.

BRASIL. Portal de compras do Governo Federal - Legislação. Disponível em: <<http://www.comprasnet.gov.br>>. Acesso em 05 mai. 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. **Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em 05 mai. 2011.

SANT'ANNA, Gilberto Casagrande. **Orçamento Público – Conceitos e Princípios.** Disponível em: <<http://www.concursopublico.trix.net/OR%20AMENTO%20CONCEITO%20E%20PRINC%20PIOS.htm>>. Acesso em 19 abr.2011.

Anexo A – Pórtico principal



Anexo B – Prédio salas de aula



Anexo C – Prédio Principal



Anexo D – Prédio alojamento feminino



Anexo E – Prédio Ensino Superior



© 2011

Todos os direitos autorais reservados a Lia Mar Vargas Tamanho. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser com autorização por escrito do autor.

Endereço: Rua Daltro / Filho, n. 476, Centro, Sertão, RS, 99170-000

Fone (0xx)54 3345 1358.
